

FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL

**Juros sobre o Capital Próprio versus remuneração do capital de terceiros –
função e efeitos na tributação da renda corporativa.**

Elaine Cristina de Oliveira Motta

Projeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP
Sob orientação da Professora Vanessa Rahal Canado.

Versão de 14/09/2018

São Paulo
2018

1. Tema, contexto, objetivos e delimitação de escopo

O tema a ser desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Direito Tributário da FGV denomina-se “Juros sobre o Capital Próprio versus remuneração do capital de terceiros – função e efeitos na tributação da renda corporativa”. O tema apresenta conexão direta com o atual ambiente de discussão da reforma tributária e, principalmente, ganhando notoriedade em decorrência do momento político de campanha eleitoral.

O desenvolvimento da pesquisa do tema se dará a partir do estudo, reflexão, análises comparativas e críticas, visando verificar os reflexos da remuneração do capital próprio comparativamente à remuneração do capital de terceiros no contexto da tributação da renda corporativa. Objetiva-se verificar a hipótese do Juros sobre o Capital Próprio ter função de equilíbrio da tributação da renda corporativa, face a eventuais distorções dessa tributação. A pesquisa abrangerá a análise histórica do Juros sobre o Capital Próprio (JCP), sua relação com o dividendo, seu reflexo na tributação da renda corporativa, bem como seu reflexo no contexto global da economia, considerando o Brasil e, até três, países previamente selecionados para comparação. A análise comparativa do modelo adotado no Brasil com modelos estrangeiros irá avaliar aproximações e/ou distanciamentos, bem como os reflexos fiscais de cada modelo.

2. Justificativa da relevância prática e do potencial inovador

A relevância prática do tema pode ser inicialmente vinculada à contemporânea discussão acerca da reforma da tributação da renda corporativa, abrangendo a tributação dos dividendos. Considere-se, ainda, o impacto das alterações implementadas por outros países em sua tributação da renda corporativa que geram reflexos na economia local, vez que aumentam a atratividade de capital para aqueles países, como, por exemplo, a significativa redução da alíquota da tributação corporativa pelos Estados Unidos.

Nesse contexto, doméstico e internacional, verifica-se a relevância de se avaliar quais são os reflexos da remuneração do capital próprio na tributação da renda corporativa, qual a relevância do modelo adotado pelo Brasil e suas vicissitudes possíveis e/ou desejadas.

Nessa linha, o potencial inovador da pesquisa consiste na avaliação dos Juros sobre o Capital Próprio não só sob o ponto de vista de sua natureza jurídica, cuja celeuma ainda persiste, mas também pelo viés de seus reflexos na tributação corporativa nacional e internacional.

3. Familiaridade com objeto da pesquisa

A familiaridade com o tema decorre da experiência acumulada em consultoria tributária para empresas de diversos tipos, desde empresas familiares a grandes organizações internacionais, nas quais a remuneração do capital dos sócios sempre esteve na pauta discussões, fosse como instrumento para redução de carga tributária ou como meio de incentivo ao investimento no desenvolvimento dos negócios.

4. Modelo de pesquisa

Considerando o objetivo da pesquisa, seu desenvolvimento se dará a partir do estudo da gênese dos Juros sobre o Capital Próprio, analisando a exposição de motivos de sua norma instituidora, o contexto histórico, aproximações com o dividendo, efeitos de sua adoção em cotejamento com instrumentos adotados em outros países.

Para tanto, partiremos da pesquisa bibliográfica jurídica e econômica acerca do instituto dos Juros sobre o Capital Próprio, do dividendo, da tributação da renda corporativa no Brasil e em outros países a serem selecionados (considerando no máximo três países). Na sequência será realizada pesquisa de jurisprudência contemporânea acerca da natureza dos Juros sobre o Capital Próprio e do dividendo. Para fins de análise comparativa a outros países, serão pesquisados manuais e periódicos relativos ao tema, publicados por organizações, instituições, universidades e empresas, acerca da tributação da renda na Brasil e nos países a serem selecionados.

A partir das pesquisas mencionadas, serão realizadas análises comparativas e críticas cujo resultado será base para as inferências necessárias à verificação da função dos Juros sobre o Capital Próprio em relação à remuneração do capital de terceiro na tributação da renda corporativa.

Concluindo, o modelo de pesquisa abrangerá as pesquisas bibliográficas, descritiva e exploratória como métodos para o desenvolvimento do conhecimento científico objeto do estudo.

5. Quesitos

No contexto da pesquisa a ser realizada espera-se verificar:

1. Qual a natureza jurídica e econômica do Juros sobre o Capital Próprio?

2. Como a doutrina e os tribunais interpretam esse instituto no Brasil?
3. O Juros sobre o Capital Próprio é uma “jabuticaba”? Há outros países que o utilizam?
4. Qual a função do Juros sobre o Capital Próprio comparativamente ao dividendo?
5. O Juros sobre o Capital Próprio deve ser mantido em eventual reforma da tributação da renda corporativa no Brasil? Qual seu impacto na tributação dos dividendos?

6. Fontes de pesquisa e forma de acesso

Em linha com o modelo de pesquisa a ser desenvolvido, as fontes de pesquisa a serem exploradas consistem na doutrina jurídica, literatura econômica, e jurisprudência contemporânea acerca do Juros sobre o Capital Próprio, mediante acesso às obras físicas correspondentes, bem como pesquisa eletrônica aos sítios de entidades públicas e/ou privadas com material disponível para acesso.

Atualmente, principalmente a jurisprudência é acessada via pesquisa eletrônica aos sítios da Receita Federal do Brasil (RFB), do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Informações relacionados a países estrangeiros serão pesquisadas eletronicamente nos sítios com conteúdo disponível, tais como o da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e dos respectivos governos federais cujo país for selecionado para a pesquisa.

Universidades nacionais e estrangeiras com materiais disponíveis também serão pesquisados. Assim como, manuais e periódicos relacionados ao tema que são regularmente publicados com grandes corporações tais como PWC, Deloitte, EY.

Por fim, serão consideradas as fontes formais de direito, quais seja, as leis, regulamentos ou projetos de leis que possuam relacionamento com o objeto da pesquisa.

7. Bibliografia preliminar

CALIENDO, Paulo. Direito Tributário e análise econômica do direito. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2014.

ARVATE, Paulo, BIDERMAN, Ciro (org.). Economia do Setor Público. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MARTINS, Eliseu. Um Pouco da História dos Juros sobre o Capital Próprio. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=104660>>. Acesso em: 12 set. 2018.

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Perfil jurídico do juro sobre o capital próprio: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS - aspectos societários. São Paulo: MP/APET, 2006.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Juros sobre o Capital Próprio: natureza jurídica e forma de apuração diante da "nova contabilidade". In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alessandro Broedel (Coords.). Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos. São Paulo: Dialética, 2012. p. 169-193. v. 3.

MUNIA E ERBOLATO, Henrique de Freitas; MARCONDES, Daniel G. P. Orsini; SÁEZ, Antonio Pereira. Brazilian interest payments on net equity (Juros sobre o Capital Próprio): an international perspective. Revista de direito tributário internacional, São Paulo: Quartier Latin, n.17, p. 211-222, 2012. ISSN 85-7674-206-3.

CASTELON, Marta Oliveros. Caso JCP-Alemanha: qualificação de Juros sobre o Capital Próprio pelo Tribunal Federal das Finanças da Alemanha (Bundesfinanzhof). In: CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e(Coord.). Tributação internacional: análise de casos. São Paulo: MP Editora/APET, 2015. p. 93-123.

XAVIER, Alberto. Natureza jurídico-tributária dos “Juros sobre o Capital Próprio” face à lei interna e aos tratados internacionais. Revista Dialética de Direito Tributário, 21. 1997.07.

XAVIER, Alberto. Dupla não-tributação. Revista Tributária e de Finanças Públicas, 58. 2004. 269-275.

SALLES, Roberto. Não-incidência das contribuições sociais do PIS e da Cofins sobre valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.111, p. 111-117, 2004. ISSN 1413-7097.

SANTOS, Ramon Tomazela. Aspectos controvertidos atuais dos juros sobre capital próprio (JCP): o impacto das mutações no patrimônio líquido, o pagamento acumulado e sua qualificação nos acordos internacionais de bitributação. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.214, p. 108-124, 2013. ISSN 1413-7097.

SANTOS, Ramon Tomazela. O pagamento de juros sobre Capital Próprio (JCP) será afetado pela Ação 2 do Projeto Beps (Base Erosion and Profit Shifting)?. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.241, p. 115-139, 2015. ISSN 1413-7097.

STIGLITZ, Joseph E. Economics of the Public Sector, 3rd edition. 1999. New York: W. W. Norton & Company.

MARCONI, Marina deAndrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view>. Acesso em: 14 set. 2018.

TOGNETTI, Marilza Aparecida Rodrigues. Metodologia da pesquisa científica. [S.l: s.n.], 2006. Disponível em <<http://www.unicap.br/graduacao/pages/wp-content/uploads/2010/12/METODOLOGIA-CIENTIFICA-E-CONCEITOS.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

PWC. Paying Taxes 2018. Thirteen years of data and analysis on tax systems in 190 economics: A look at recent developments and historical trends. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=104660>>. Acesso em: 14 set. 2018.

8. Cronograma de execução

	2018			2019											
Atividade	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Pesquisa e leitura bibliográfica	■	■	■	■	■	■									
Redação e conclusão				■	■	■									
Revisão							■	■	■	■					
Depósito											■				